

Crédito mantém o crescimento, mas diminui o ritmo

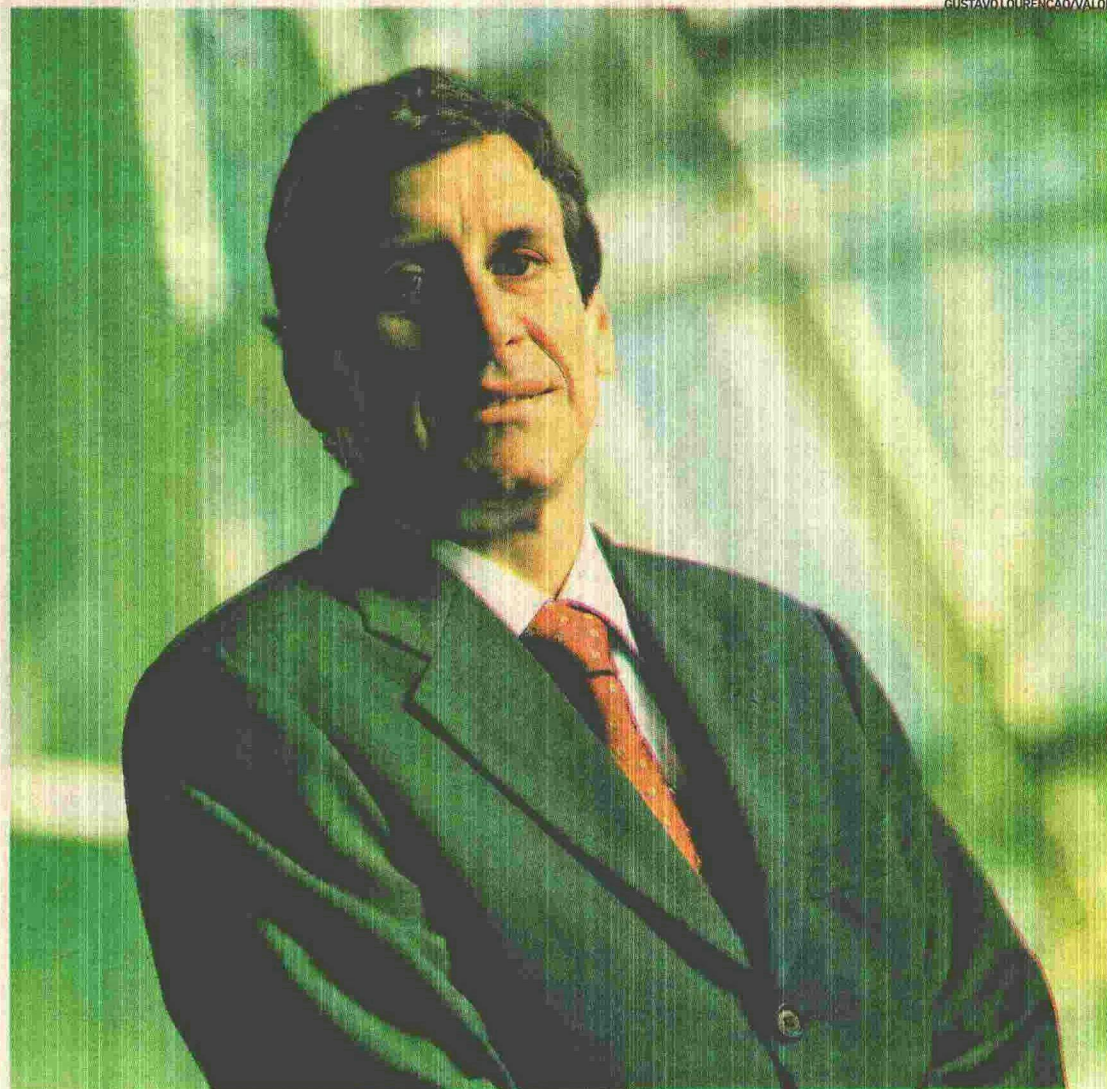
Alex Ribeiro
De Brasília

Economistas do Banco Central e do mercado financeiro prevêem para este ano a desaceleração no ritmo de expansão do crédito, um dos principais motores da economia. O problema com essas projeções é que, em fins de 2007, os especialistas já esperavam alguma moderação na contratação de empréstimos e, pelos dados divulgados até agora, o mercado segue aquecido.

Os especialistas esperam que o volume de crédito cresça entre 20% e 25% neste ano, abaixo da expansão de 28% observada em 2007. No período de 12 meses encerrado em março, porém, o crédito cresceu robustos 31%.

O crédito bancário avança passos rápidos desde 2004. De lá para cá, subiu de 24,5% para 35,9% do Produto Interno Bruto (PIB). Economistas têm certeza que, como em todo o ciclo econômico, a expansão do crédito um dia chegará ao fim. Mas o consenso é que ainda há um bom caminho a percorrer, pois o volume de crédito no Brasil é relativamente baixo em relação ao de outras economias. Na Coreia, por exemplo, o crédito equivale a 90% do PIB; no Chile, a 66%. Pelas contas do BC, o crédito chegará a 40% do PIB neste ano.

Não falta dinheiro para sustentar a expansão do crédito. Estudo do BC com dados de agosto de 2007 mostrava R\$ 203 bilhões disponíveis para empréstimos bancários. Nesse número, estão as captações dos bancos junto ao público (o chamado M4), menos os valores recolhidos ao BC ou ao governo, por meio de compulsórios e compra de títulos públicos (B2). Dados de fevereiro mostram que de lá para cá a disponibilidade de recursos aumentou ainda mais. Os bancos



Aldo Mendes, do BB: "Cliente não é sensível a taxas de juros, ainda mais em um período de demanda aquecida"

têm R\$ 267 bilhões disponíveis. O mesmo estudo mostra que, desde o Plano Real, ocorreram dois ciclos de expansão de crédito. Nenhum deles terminou por falta de dinheiro. O primeiro, ocorrido entre 1994 e 1995, acabou devido a um aperto na política monetária. O outro, entre 2000 e 2002, foi abortado pela crise das eleições presidenciais e por novo aperto na taxa de juros.

Em abril, o BC voltou a adotar

uma política monetária mais restritiva, num contexto de crise internacional, que encarece os custos de captação dos bancos no exterior. Paralelamente, o Ministério da Fazenda aumentou de 1,5% para 3,38% a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre empréstimos. O BC criou depósitos compulsórios sobre captações feitas pelos bancos via suas empresas de leasing.

"Esse conjunto de fatores vem

fazendo com que, desde o início do ano, o custo de captação dos bancos suba", diz o economista-chefe do Unibanco, Marcelo Salomon. Bancos pequenos, médios e grandes passaram a pagar taxas elevadas, como 107% do CDI, para captar depósitos a prazo. "Isso poderá reduzir a oferta de crédito pelos bancos. O crédito continuará a crescer, mas em ritmo menos robusto."

O vice-presidente de finanças da

Caixa Econômica Federal, Márcio Percival, concorda que esse conjunto de fatores vai levar à desaceleração na contratação de crédito em 2008. A Caixa trabalha com uma expectativa de expansão de 22% no volume de crédito no ano. Mas, segundo ele, são fatores temporários, que não mudam a tendência maior de expansão do crédito nos próximos anos. "Os juros básicos vão ficar mais altos durante algum período, mas caem logo adiante", afirma Percival. "Fatores como emprego, renda e confiança dos consumidores não devem ser afetados, por isso a demanda por crédito seguirá robusta."

Ele lembra ainda que o mercado de crédito brasileiro passa por transformações estruturais importantes, que não devem ser interrompidas. Uma delas ocorre no crédito imobiliário, que corresponde a apenas 1,7% do PIB, bem abaixo do pico de 10,6% do PIB observado na década de 1980. "A securitização de recebíveis, que praticamente não existe, deverá dar um novo fôlego para esse mercado", afirma.

No seu relatório de inflação de março, o BC diz que mudanças recentes na regulamentação do mercado bancário que introduzem maior competição, como o fim da taxa de abertura de crédito (TAC) e a exigência de que os juros sejam apresentados aos clientes sob a forma de custo efetivo total (CET), também tendem a continuar a dar impulso no crédito, num ambiente em que os bancos procuram preservar fatias de mercado. "Aparentemente as forças expansionistas têm prevalecido sobre os fatores de contração", diz o relatório.

Na avaliação do Banco do Brasil, a alta de juros, o compulsório e o IOF não deverão ter efeito representativo na expansão da carteira do banco. "Tradicionalmente, o

cliente não é sensível a taxas de juros, ainda mais em um período de demanda aquecida", afirma o diretor de finanças do BB, Aldo Mendes. Segundo ele, o banco mantém a projeção de expansão da carteira total de 25%, com um avanço entre 30% e 35% na carteira de financiamento de consumo. "No longo prazo, continuamos a apostar na queda dos juros e na expansão do emprego, da renda e manutenção da confiança do consumidor."

Uma questão relevante é se o ciclo de contenção monetária vai levar a um aumento das inadimplências, que se encontra em patamares historicamente baixos, em 4,3%. O departamento econômico do Unibanco elaborou recentemente um estudo em que mostra que, desde meados de 2007, vem crescendo a parcela da renda da população destinada ao pagamento de dívidas — normalmente, quando isso acontece, a inadimplência cresce em seguida. "Poderá haver um aumento da inadimplência em meados deste ano", afirma Salomon.

A desaceleração do crédito, porém, poderá ser uma boa notícia para a política monetária. O crédito é um dos principais motores do consumo e do investimento, ao lado do aumento da renda e dos gastos do governo. Se o crédito crescer a taxas um pouco menos vigorosas, o aperto monetário poder ser um pouco menor. O problema, diz o economista Alexandre Schwartzman, do ABN AMRO, é que a expansão de crédito é um fenômeno relativamente recente na economia — e ainda não é possível medir com precisão seus impactos. "Ainda vai levar algum tempo até que os modelos do BC possam capturar o que vem acontecendo no crédito", diz Schwartzman. "Mas esse é um fator de incerteza que deve ser pesado nas avaliações do BC."